

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.526 - DF (2019/0322086-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE SILVES**
ADVOGADOS : **JOÃO LOPES DE OLIVEIRA - BA006793**
EDVALDO NILO DE ALMEIDA - DF029502
JULIO TACIO ANDRADE LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
BA031430
ALEXANDRE VICENTE DE PAULA ALMEIDA - DF053132
RECORRIDO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE SILVES, com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DA MULTA PREVISTA NA LEI 13.254/2016. MEDIDA PROVISÓRIA 753/2016. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA AÇÃO. CONDENAÇÃO DA UNIÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTES REGIONAL. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. A edição da Medida Provisória 753/2016, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 8º da Lei 13.254/2016, esvaziou o objeto da presente ação, ajuizada com a finalidade de compelir a União a incluir na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios o montante relativo à multa de 100% (cem por cento) cobrada sobre a repatriação de recursos oriundos do exterior, razão pela qual o feito foi extinto, sem resolução de mérito, ante a ausência superveniente do interesse de agir do Município autor.

2. A extinção do processo, em decorrência da edição, pelo Chefe do Poder Executivo da República Federativa do Brasil, com fundamento na soberania estatal, de ato legislativo abstrato e geral contemplando a pretensão deduzida - caso da Medida Provisória em tela -, não enseja a responsabilização da União, como pessoa jurídica de direito público interno, ao pagamento de honorários advocatícios, dado que não se trata de ato administrativo do qual decorresse o reconhecimento da procedência do pedido. Precedentes.

3. Apelação não provida" (fl. 647e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram rejeitados (fls. 846/848e).

Nas razões do Recurso Especial, o recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, a violação aos artigos 85, § 10, 489, § 1º, IV a VI e 1.022, II, do CPC/2015, defendendo, além da deficiência na fundamentação do acórdão recorrido, que é aplicável o Princípio da Causalidade, "tendo em vista que foi a própria Recorrida quem deu causa à ação uma vez que, desde a promulgação da lei até a edição da Medida Provisória, ficou-se inerte acerca do tema e não incluiu os valores arrecadados, a título de multa, na base de cálculo do FPM" (fl. 862e).

Requer, ao final, o provimento do recurso, com a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios.

Contrarrazões a fls. 950/981e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 983/984).

A irresignação merece prosperar, em parte.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, objetivando "a inclusão na base de cálculo do FPM os valores percebidos a título de multa, prevista no art. 8º da Lei nº 13.254/16, em obediência ao disposto nos arts. 159, I e 160 da CF/88, bem como no art. 1º, parágrafo único da LC nº62/90, posto se tratar multa moratória inserta no crédito tributário de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, devida em razão de seu inadimplemento" (fl. 16e).

A sentença julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, reconhecendo a perda de seu objeto, em face da edição da Medida Provisória 753/2016.

Recorreu o Município, restando mantida a sentença, pelo acórdão recorrido.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, verifica-se que a matéria recursal foi devidamente analisada, pelo acórdão recorrido, restando prequestionada, razão pela qual é desnecessária a análise de afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

No mérito, o acórdão recorrido, acerca da controvérsia, asseverou a desnecessidade de condenação em honorários advocatícios, considerada a superveniência de norma em conformidade com a pretensão da parte autora.

Ocorre que esta Corte já se manifestou no sentido de que a extinção do processo sem resolução do mérito, em decorrência da perda superveniente do objeto da ação, não exime a parte que deu causa ao ajuizamento da demanda da condenação em honorários advocatícios.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO

INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM. MULTA DO ART. 8º DA LEI 13.254/16. EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 753/2016. PRETENSÃO SATISFEITA. PERDA DO OBJETO. NECESSIDADE DA AÇÃO, AO TEMPO DO AJUIZAMENTO DO FATO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação Ordinária, ajuizada pelo Município de Camalau em face da União, objetivando a transferência, ao Fundo de Participação dos Municípios, dos valores arrecadados em face da aplicação da multa presente no art. 8º da Lei 13.254/2016, oriundos de declaração ou repatriação de recursos não declarados, mantidos no exterior, ao fundamento de tratar-se de multa moratória sobre crédito tributário de imposto de renda. O Juízo de 1º Grau julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por perda superveniente de interesse processual, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015, em face do advento da Medida Provisória 753/2016, que atendeu a pretensão do Município, condenando a União ao pagamento de honorários de advogado de 8% (oito por cento) sobre o valor da causa, considerando que o ente público dera casa à propositura da ação. O Tribunal de origem deu provimento ao apelo, interposto pela União, para afastar os ônus sucumbenciais.

III. Na forma da jurisprudência do STJ, em caso idêntico ao dos presentes autos, "se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo" (STJ, REsp 1.777.160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/03/2019). Em igual sentido: STJ, AgInt no REsp 1.721.327/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2019; AgInt no REsp 1.781.362/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/05/2019. Assim, estando o acórdão recorrido em dissonância com a jurisprudência sedimentada nesta Corte, merece ser mantida a decisão ora agravada, em face do disposto no enunciado da Súmula 568 do STJ.

IV. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AgInt no REsp

1.721.497/PB, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/06/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. FPM. MULTA DO ART. 8º DA LEI N. 13.254/16. EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. PRETENSÃO SATISFEITA. PERDA DO OBJETO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. CONDUTA EXTRAPROCESSUAL DA UNIÃO. NECESSIDADE DA AÇÃO NO TEMPO DO AJUIZAMENTO. CABÍVEL A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

I - O presente feito decorre de ação objetivando a inclusão do montante arrecado pela demandada, a título de multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/16, na base de cálculo das transferências constitucionais constantes nos arts. 159, I, b, d e e (Fundo de Participação dos Municípios - FPM) e 160, caput, da CF e art. 1º, parágrafo único da LC n. 62/89, bem como que seja depositada em Juízo a importância respectiva devida ao Município. Na sentença, extinguiu-se o processo sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, condenando-se a União ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o proveito econômico perseguido pelo Município. No Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a sentença foi reformada para afastar a condenação da União em honorários.

II - No que concerne à suposta violação do art. 85, § 10, do CPC/2015, percebe-se que o Tribunal de origem, à fl. 332, ao ponderar acerca da aplicação do princípio da causalidade, atestou que "a pretensão autoral apenas passou a ter amparo legal com a edição da Medida Provisória n. 753/2016, de maneira que a atuação da União era legítima, por observar o princípio da legalidade", concluindo, em seguida, que "não se pode dizer que ela deu causa ao ajuizamento da demanda, sendo indevida a condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 10, do CPC".

III - Segundo entendimento desta Corte, em casos idênticos a este é cabível a condenação em honorários, levando-se em consideração o princípio da causalidade. Indica a jurisprudência que: "se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da

instauração do processo". Nesse sentido: REsp 1777160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 01/03/2019; AgInt no REsp 1721327/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/03/2019.

IV - Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial determinando que a verba advocatícia seja fixada na liquidação na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015" (STJ, AgInt no REsp 1.781.362/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/05/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.

1. Inexiste violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade.

3. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, condenando a União ao pagamento da verba advocatícia.

4. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo. Precedente.

5. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.782.078/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2019).

No caso dos autos, conforme asseverado na sentença, a Medida Provisória 753/2016 autorizou a inclusão da multa prevista no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, restando atendida a pretensão da parte autora, até então resistida, por ato superveniente da União, que deverá arcar com os ônus sucumbenciais, diante do princípio da causalidade.

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, a fim de que a verba honorária, a ser paga pela União, seja fixada em sede de liquidação, nos termos do art. 85, § 4º, II, do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora